

Programa Bolsa Família e Mobilidade Social: Sociabilização, Trabalho e Educação nas Famílias Beneficiadas.

Autoria: Auridete Lima Fonteles, Aurio Lucio Leocádio da Silva, Karen Perrotta Lopes de Almeida Prado, Danielle Miranda de Oliveira Arruda Gomes, Geazi Alves de Farias

RESUMO

Na última década o Brasil tem conseguido reduzir de forma significativa a pobreza extrema no país. Dentre as medidas que tem gerado essa mudança o Programa Bolsa Família tem uma parcela significativa nos resultados obtidos. O Programa Bolsa Família atualmente atende mais de 12 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros, sendo um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza. Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar aspectos de comportamento social relacionados à mobilidade social gerada pelo Programa Bolsa Família. Desta forma, são objetivos específicos: Identificar categorias relacionadas ao comportamento social nos beneficiários do programa; Identificar aspectos positivos e negativos na propensão à mobilidade social da baixa renda a partir do programa. O interesse pelo tema, surgiu a partir da observação de estudos já publicados sobre o FOME ZERO, o Programa Bolsa Família e a pobreza no Brasil, como por exemplo SILVA (2004) sobre a concepção, as prioridades e estratégia de execução do Programa FOME ZERO ,os estudos de PENA (2004) ao mencionar os desafios das políticas de combate à pobreza e ainda os estudos de HERRÁN (2005) que escreveu sobre a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. A fundamentação teórica do estudo apresenta estudos sobre a mobilidade social e a questão da pobreza no Brasil, além de detalhar o Programa Bolsa Família, suas condicionalidades e objetivos. Trata-se de uma pesquisa exploratória e de campo, qualitativa, descritiva, analítica e dedutiva através da análise de conteúdo e da análise de discurso das entrevistas. As entrevistas tiveram como base um roteiro semi-estruturado e foram realizadas na capital e no interior do estado do Ceará. As categorias encontradas foram: estabilidade financeira, estabilidade emocional, educação, comparação entre o EU e o OUTRO, trabalho, redução na jornada de trabalho e a categoria da mobilidade social. Foram encontrados ainda alguns fatores positivos e negativos que contribuem de forma expressiva na mobilidade social destas famílias. O acesso aos produtos que antes lhes eram restritos, por meio do aumento do poder compra, a oportunidade e a conscientização de proporcionar aos filhos uma educação melhor e com mais qualidade e ainda poder oferecer à família momentos de lazer, foram identificados fatores positivos para a mobilidade social destas famílias. Por outro lado, a omissão da pobreza, a redução da jornada de trabalho, ou ainda a simples acomodação pela certeza do valor fornecido pelo programa mensalmente, desde que cumpridas as condicionalidades exigidas podem interferir de forma negativa na mobilidade social das famílias beneficiadas pelo programa. Espera-se que este trabalho desperte o interesse de outros pesquisadores para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o programa, que possam apresentar maior abrangência para os aspectos sociais das políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem capacidade de mobilização em torno de grandes causas contribuindo para a superação de problemas sociais que se acumularam ao longo dos séculos e, em muitos casos, se agravaram nos últimos anos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2004).

Em 1990, ano de referência para a Organização Do novo Milênio-ODM, havia 8,8% dos brasileiros abaixo dessa linha de renda *per capita*. Logo, a meta seria reduzir esse percentual para 4,4% em 25 anos. Mas, passada só uma década, essa proporção já chegara a 4,7% segundo informações contidas no Relatório de Acompanhamento dos ODM 2004-ONU.

Para Prahalad (2005), a transformação social significa o número de pessoas que acreditam que podem aspirar a um estilo de vida de classe média e quando esses consumidores da base da pirâmide têm uma oportunidade de participar e de se beneficiar da escolha de produtos e serviços disponíveis por meio de mecanismos de mercado, a transformação social e econômica que se segue pode ser muito rápida.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2004), muitos pobres superaram a linha da pobreza graças ao crescimento da economia nos últimos anos que gerou emprego e renda, e também aos programas governamentais de distribuição de renda.

A implementação de programas sociais deu ao Brasil a capacidade de direcionar seus diversos programas de transferência de renda para um único programa nacional coordenado, com a distribuição dos recursos concentrada em famílias extremamente pobres. O Programa Bolsa Família foi o resultado da unificação dos benefícios: Bolsa Escola; Cartão Alimentação; Auxílio Gás e Bolsa Alimentação, permitindo articular uma gama de iniciativas fragmentadas para educação, saúde, combate à fome, desenvolvimento social, entre outros, num único programa com foco nos grupos sociais mais pobres do País (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2004). Implantado pelo governo federal brasileiro visando combater a pobreza e a fome no país e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social (SENNA et al., 2007).

O Programa Bolsa Família atualmente atende mais de 12 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros por ser um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, 2010).

Com base teórica para dar suporte à pesquisa e tendo como objetivo geral analisar aspectos de comportamento social relacionados à mobilidade social gerada pelo Programa Bolsa Família. Desta forma, são apresentados os objetivos específicos: Identificar categorias relacionadas ao comportamento social nos beneficiários na baixa renda; Identificar aspectos positivos e negativos na propensão à mobilidade social da baixa renda a partir do programa bolsa família;

Assim, o interesse pelo tema, surgiu a partir da observação de vários estudos já publicados sobre o FOME ZERO, o Programa Bolsa Família e a pobreza no Brasil, como por exemplo SILVA (2004) sobre a concepção, as prioridades e estratégia de execução do Programa FOME ZERO, os estudos de PENA (2004) e ARAUJO (2003) ao mencionar os desafios das políticas de combate à pobreza e ainda os estudos de HERRÁN (2005) que escreveu sobre a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil.

Pastore e Silva (2000) observam que, os estudos de mobilidade social não são *flashes* de curto prazo. Ao contrário, eles se aproximam de filmes que procuram captar a dinâmica e a

evolução das sociedades ao longo das décadas. Por isso, as pesquisas sobre mobilidade social têm a capacidade de registrar mudanças de longo prazo e de grande profundidade.

A metodologia do estudo adotada foi a exploratória, pois pretendeu proporcionar maior familiaridade com o problema com o intuito de torná-lo mais explícito. e apresentar uma maior compreensão a respeito das políticas sociais, destacando o programa social Bolsa Família.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Mobilidade social e Pobreza no Brasil

Em várias sociedades, as posições de classe e ocupacionais das pessoas geralmente são determinadas por suas origens sociais. Pessoas que nasceram e cresceram em famílias com mais recursos tendem a ter maiores chances de ascensão social do que pessoas provenientes de famílias mais pobres. Segundo Bourdieu (2007), pelo fato de que condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes e as práticas engendradas por eles apresentam-se como configurações ordenadas e funcionam como estilos de vida.

Para Bourdieu (2007) o *habitus* é também estrutura estruturada que organiza a percepção do mundo social e, por conseqüência, funciona como uma força conservadora que mantém a divisão em classes sociais na escolha objetivada pela tendência ao que é necessário de acordo com a conveniência de determinada classe.

Sorokin (1968) define mobilidade social como toda passagem de um indivíduo ou de um grupo, de uma posição social para outra, dentro de uma constelação de grupos e estratos sociais.

A mobilidade no Brasil revelou uma sociedade bastante dinâmica ao longo do século XX. Nesse período o país passou por inúmeras transformações que tiveram marcantes repercussões na estrutura social (PASTORE, 1979).

Algumas ocupações surgiram ou expandiram, enquanto tornaram-se mais raras ou desapareceram. Este tipo de transformação cria, geralmente, muitas oportunidades de mobilidade social, uma vez que o número de posições ocupacionais nos setores da indústria e dos serviços cresce, e ao mesmo tempo diminui no setor rural (PINTO, 1952).

Pinto (1952) observa que a modernização da sociedade brasileira tornou a estratificação por classe social mais necessária do que a por raça ou casta, pois com o aumento da mobilidade social proveniente de mudanças na estrutura de classes e que o surgimento da sociedade industrial veio acompanhado de expansão e oportunidades.

A mobilidade social no Brasil foi caracterizada por se concentrar na base da pirâmide social, por forte herança de *status* de classe de origem e pelas curtas distâncias sócio-ocupacionais percorridas (JANUZZI, 2004).

De fato, no passado, houve pouca mobilidade por trocas de posições, que geralmente ocorre nas sociedades mais desenvolvidas (PASTORE; SILVA, 2000). Segundo Januzzi (2004), uma maioria ascendeu pouco, já que a minoria ascenderam muito na pirâmide social, resultado da natureza restrita da mobilidade sócio-ocupacional dos trabalhadores rurais e seus filhos na época.

A industrialização e a migração rural-urbana, foram consideradas por Januzzi (2004), como fatores determinantes básicos da intensa mobilidade social ascendente no século XXI. Para o autor esses fatores perderiam a força transformadora das décadas passadas, tendo como conseqüência as crescentes dificuldades de mobilidade ascendente, seja de trabalhadores rurais ou de trabalhadores manuais urbanos.

A mobilidade social, portanto está longe de ser um anestésico para a sociedade insatisfeita, especialmente quando ela é um fenômeno novo, como no Brasil, e parte de um nível exageradamente baixo (PASTORE, 1979). Ainda segundo o autor a mobilidade é um

processo progressivo de geração de satisfações e insatisfações. Onde a união dessas forças é que permite e induz a melhor organização das instituições e dos grupos sociais, dos empresários e dos trabalhadores, dos governantes e dos governados.

Para Pastore (1979), os avanços e retrocessos dos setores econômicos, das decisões de inúmeros agentes econômicos e sociais, dos grandes movimentos da população, da migração, da industrialização e da urbanização dificultaram a associação ao desempenho deste ou daquele governo.

O problema da pobreza é crônico e persistente no Brasil - a despeito de toda a mobilidade conseguida. Crescemos e permanecemos pobres. Os trabalhadores subiram na estrutura social e continuam carentes. O que foi conquistado pela mobilidade social está longe de satisfazer às aspirações atuais dos brasileiros (PASTORE 1979).

Seqüências históricas sobre a freqüência da pobreza no país indicam declínios substanciais nos anos 1970 e estagnação ou declínios muito lentos nas décadas de 1980 e 1990. Já a concentração de renda, considerada uma das mais elevadas do mundo, pouco se modificou ao longo das três décadas (MONTEIRO, 2004).

O Brasil obteve progresso significativo na redução da pobreza durante a década de 1990. Grande parte desse avanço foi conquistada, como resultado do controle da inflação por meio da introdução do Plano Real, em 1994 (HERRÁN, 2005).

Muitas formas de discriminação estão associadas à pobreza, uma vez que a discriminação pode acentuá-la e fazê-la perdurar por mais tempo. A pobreza, por outro lado, pode piorar a discriminação no trabalho, tornando mais difícil para os indivíduos adquirirem as habilidades que o mercado exige. Portanto, a eliminação da discriminação deve ser considerada em qualquer estratégia viável de redução da pobreza (MARINHO; NOGUEIRA, 2006).

Definições operacionais de pobreza geralmente levam em conta a renda (monetária e não monetária) das famílias e uma linha de pobreza (nível crítico de renda) baseada no custo estimado para aquisição das necessidades humanas básicas (MONTEIRO, 2004).

O número absoluto de pessoas na extrema pobreza no Brasil ainda é muito alto, a ponto de superar o total da população de muitos países. Nas políticas públicas brasileiras, o critério mais difundido para mensurar os níveis de pobreza e de indigência toma o salário mínimo como referência. Ele coloca abaixo da linha de pobreza os que vivem mensalmente com menos de meio salário mínimo *percapita* de renda familiar. Já os que auferem uma renda mensal *per capita* de até um quarto de salário mínimo são considerados como os que vivem na extrema pobreza, ou na indigência (Relatório de Acompanhamento dos ODM 2004-ONU).

Se o pobre tem sido concebido como aquele que não tem renda suficiente que lhe permita sobreviver, o papel do governo passa a incluir o reconhecimento dessa categoria e de assegurar tal renda por meio de subsídios diferenciados (PENA, 2004).

Arraes e Diniz (2007) observam que da ausência de precisão atribuída ao conceito de pobreza, surgiram outras definições – não menos imprecisas – como de exclusão social, pobreza monetária, pobreza humana entre outros. A primeira busca unir de modo tácito a problemática da desigualdade, pois os excluídos só estariam nessa condição, por serem privados do que o grupo dos incluídos desfruíam (SCHWARTZMAN, 2004).

Segundo Monteiro (2004), que define a pobreza como a condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação e assistência a saúde.

A pobreza monetária é aquela que tem maior apelo entre os economistas, uma vez que permite melhor traduzi-la em termos de um fluxo monetário, tornando possível a construção de uma série de indicadores para medi-la e avaliar a sua evolução (ARRAES; DINIZ, 2007).

Para um país como o Brasil com dimensões de um continente e diferenças regionais de desenvolvimento tão marcantes, nem a simples utilização do salário mínimo como parâmetro

para definir a linha de pobreza retrata a realidade brasileira, porque acaba sendo ignoradas as diferenças regionais e urbano-rural de custo de vida para os pobres (ROCHA, 2006).

Embora formada por pessoas com poder de consumo modesto, a baixa renda é muito valorizada pelo volume, afinal, as empresas não podem abrir mão de um exército de consumidores que não dispõe de vários produtos básicos em casa (BATALHA, 2000).

1.2 Programa Bolsa Família

Friedman (1985) defendia que a pobreza fosse atendida pela complacência privada, sendo o papel do Estado apenas de complementação. Sua proposta para a redução da pobreza era a criação de regras ou normas que auxiliassem na distribuição de moeda.

No Brasil, a pobreza associada às desigualdades sociais caracteriza um quadro de insegurança alimentar. A fome no País é consequência da desigualdade de acesso e não da disponibilidade dos alimentos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, 2010). Para Costa (2005), os programas de transferência de renda, além de beneficiar as famílias pobres, estão aumentando o dinheiro em circulação nos municípios.

A atuação integrada dos ministérios que implementaram políticas vinculadas às diretrizes do FOME ZERO possibilitou a ação planejada objetivando melhores possibilidades de assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção e o consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, nas condições de saúde e no acesso ao abastecimento de água, tudo baseado nos direitos de cidadania (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, 2010).

O FOME ZERO priorizou o tema da fome na agenda política do Brasil, com repercussões no cenário mundial e reforçou a participação e a mobilização da sociedade rumo a um objetivo comum, pois possibilitou a vinculação entre a política de segurança alimentar e nutricional e a necessidade de repensar a ação do Estado (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, 2010).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS (2010), os princípios básicos do FOME ZERO têm por base a transversalidade e intersectorialidade das ações estatais nas três esferas de governo:

1. o desenvolvimento de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade;
2. na superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e raça; e
3. na articulação entre orçamento e gestão e de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias.

O Programa Bolsa Família - PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS (2010), o Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza, que são:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de

vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

Baseado nos estudos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE, a situação socioeconômica das famílias é determinada, para efeito da gestão do programa, a partir do critério de renda, com limites definidos com base em estudos desenvolvidos.

Quanto menores forem às rendas das pessoas beneficiadas, maiores serão os impactos esperados dessas transferências de renda: sobre a condição alimentar muitas vezes; sobre o bem-estar das famílias beneficiadas quase sempre (ALBUQUERQUE; ROCHA, 2004).

Com a adesão ao Programa, a família compromete-se em cumprir as condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de saúde e educação, que são:

- manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola;
- cumprir os cuidados básicos em saúde, que é seguir o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal.

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$22,00 (vinte e dois reais) a R\$200,00 (duzentos reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME- MDS, 2010).

Ainda segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, muitos pobres tem superado a linha da pobreza graças ao crescimento da economia nos últimos anos que gerou emprego e renda, e também aos programas governamentais de distribuição de renda.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa, então, quanto aos seus tipos pode ser classificada como exploratória, pois pretende contribuir com a evolução dos conceitos já existentes na literatura e apresentar uma maior compreensão a respeito das políticas sociais, quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a presente pesquisa foi enquadrada como pesquisa qualitativa, pois teve como pretensão buscar e coletar as diversas percepções e fundamentos já defendidos por pesquisadores a respeito do tema em questão e, especialmente sobre as políticas sociais, destacando o programa social Bolsa Família.

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais (BARDIN, 1977).

A Coleta de dados foi realizada de duas formas: a) por meio de observação direta dos ambientes e dos comportamentos dos entrevistados, buscando maior precisão na descrição do que foi observado com a finalidade de facilitar o entendimento do leitor, foram ainda registradas informações por meio de anotações de campo. b) por meio de entrevistas em profundidade.

Como técnica, foi adotada a entrevista semi-estruturada de profundidade com beneficiários do Programa Bolsa Família e a observação direta do entrevistador.

A coleta de dados foi realizada durante três meses no ano de 2010 na periferia da cidade de Fortaleza, também foram realizadas entrevistas no inteiro do estado. As entrevistas foram gravadas, com duração média de 23 minutos cada e realizadas a partir de um roteiro pré-definido anteriormente. Os públicos alvos das entrevistas foram às famílias que beneficiadas do pelo Programa Bolsa Família - PBF.

Por conta das dificuldades na obtenção de respostas coerentes à realidade, os nomes das entrevistadas foram preservados. Portanto os nomes apresentados a seguir foram criados para um melhor entendimento da análise.

A figura a seguir corresponde à planilha detalhada das pessoas entrevistadas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, conforme a seguir:

Figura 1 - Participantes do BOLSA FAMÍLIA entrevistados.

Nome	Idade	Est. Civil	N filhos	Capital / interior do estado	Rd familiar	R\$ B. Família	Tp rec B.F
Josivanda	28	separada	3	capital	R\$ 250,00	R\$ 134,00	6 anos
Maria	40	mãe solt.	2	capital	R\$ 150,00	R\$ 102,00	5 anos
Nazaré	31	casada	2	capital	R\$ 270,00	R\$ 44,00	
Benedita	36	separada	3	capital	R\$ 160,00	R\$ 134,00	7 anos
Joaquina	25	separada	1	capital	R\$ 50,00	R\$ 102,00	2 anos
Francisca	28	casada	2	capital	R\$ 300,00	R\$ 112,00	3 meses
Catarina	34	separada	2	capital	R\$ 200,00	R\$ 90,00	2 meses
Maria José	34	casada	4	capital	R\$ 500,00	R\$ 99,00	3 anos
M. Graças	52	mãe solt.	2	capital	R\$ 100,00	R\$ 30,00	
Beatriz	35	casada	3	capital	R\$ 500,00	R\$ 134,00	5 meses
Clarisse	24	casada	4	capital	R\$ 510,00	R\$ 134,00	6 meses
Ana	28	casada	1	capital	R\$ 700,00	R\$ 90,00	2 anos
Ana Maria	27	casada	1	capital	R\$ 523,00	R\$ 90,00	
Márcia	25	casada	1	capital	R\$ 250,00	R\$ 22,00	6 meses
Maria Fca.	51	casada	6	capital	R\$ 510,00	R\$ 68,00	10 anos
Socorro	42	mãe solt.	2	capital	R\$ 510,00	R\$ 112,00	5 anos
Josefa	26	casada	2	capital	R\$ 510,00	R\$ 44,00	9 meses
D. Maria	64	viúva	7	interior	R\$ 50,00	R\$ 68,00	5 meses
Mariana	60	separada	4	interior	R\$ 150,00	R\$ 68,00	2 anos
Lucia	57	casada	2	interior	R\$ 260,00	R\$ 122,00	10 anos
Clemilda	53	separada	1	interior	R\$ 130,00	R\$ 90,00	5 anos
Ana Cláudi	46	separada	2	interior	R\$ 120,00	R\$ 68,00	2 anos
Carla Patr.	27	casada	2	interior	R\$ 350,00	R\$ 68,00	8 anos

A avaliação dos dados foi feita pela análise do discurso dos informantes através de entrevistas semi-estruturadas. As categorias apresentadas emergiram de maneira espontânea como fruto da análise das anotações de campo e das entrevistas realizadas.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Ambiente da Pesquisa

As situações e comportamentos descritos aqui foram decorrentes da observação direta da entrevistadora durante três meses, que foi o período de realização das entrevistas na capital e interior do estado do Ceará.

As entrevistas realizadas na capital ocorreram em duas etapas: a) num centro municipal de educação infantil localizado na periferia de Fortaleza e b) nas ruas de outro bairro também localizado na periferia da mesma cidade.

Nos primeiros momentos das entrevistas antes de iniciar a gravação era feito um acordo para que seus nomes e endereços não fossem revelados pelo receio de alguma denúncia e eliminação do programa.

Foram identificadas categorias a partir das respostas das entrevistadas. Foi observado ainda que a inclusão no PBF tem proporcionado diversos benefícios que vão desde a melhoria na quantidade e qualidade dos alimentos adquiridos até a estabilidade financeira e emocional gerada pela participação no programa. As categorias encontradas foram: **estabilidade financeira, estabilidade emocional, educação, comparação entre o EU e o OUTRO, trabalho, redução da jornada de trabalho e a mMobilidade social.**

3.2 Estabilidade Financeira e emocional

O valor recebido mensalmente pelo PBF tem proporcionado conforto financeiro às beneficiárias devido ao benefício concedido pelo PBF. A certeza de um valor mensal tem proporcionado a liberdade e o poder de escolha e a segurança financeira diante do imprevisto em casa. A estabilidade emocional veio sob a forma de grade para reforçar a segurança de sua residência principalmente pelas viagens constantes a trabalho do seu esposo. Para outras houve o alívio no pagamento de algumas despesas domésticas.

Há, agora melhorou muito. Porque eu não preciso ficar direto perturbando os outros pra comprar as coisas pra mim. Agora eu tenho aquele dinheiro fixo ali, todos os meses, aí eu vou buscar e tô comprando as coisinhas delas, tô pagando reforço pra elas na escola. (JOSIVANDA, 28 anos).

Melhorou alguma coisa por que já dá pra eu pagar energia e não me preocupo tanto, pedindo a um, pedindo a outro pra pagar... agora já não peço né! eu pago quarenta e pouco aí sobra 24,00 aí já dá pra mim pagar a minha luz e a minha água. (DONA MARIA, 64 anos).

Atender as condicionalidades do programa e ter garantido o valor líquido e certo mensal, tem proporcionado estabilidade emocional as famílias que vivem em situação de pobreza e são beneficiárias do PBF, conforme as entrevistas citadas anteriormente.

3.3 Educação

Houve uma forte predominância nas respostas quando o assunto foi o uso da verba recebida pelo programa. Em sua maioria responderam que a destinação do valor seria para a manutenção dos estudos dos filhos, ou seja, a compra de fardamentos e livros.

As entrevistadas enfatizaram a prioridade nos estudos uma vez que manter o filho na escola é umas das condicionalidades para a continuação do recebimento do benefício. Embora algumas acreditem que o recebimento do PBF é por mérito, por cuidar bem das crianças e levá-las todos os dias para a escola.

Minhas filha eu mantenho na escola direitinho, não perde dia de aula, vão limpinhas pro colégio, vão fardada né! (Maria do Socorro, 42 anos)

Tem os meninos que estudam, aí vejo uma farda, aí vejo um livro, aí eu compro fiado e vou pagando porque os estudos deles já é alto... mesmo municipal, mas precisa ainda a gente gastar... Como agora mesmo Leandro tem um livro que é caríssimo e a escola é pela prefeitura (Lúcia, 57 anos)

Vale ressaltar que manter os filhos na escola e com grande frequência escolar é uma das condicionalidades do PBF para a continuação do recebimento do benefício mensal, uma vez que ao término de cada mês as creches e escolas emitem uma relação constando a relação dos alunos matriculados, bem como as frequências e faltas de cada um

3.4 Comparação entre o EU e o OUTRO

A comparação foi inevitável entre as entrevistadas, o sentimento de meritocracia de quem recebe e a comparação entre o seu estilo de vida e o da outra pessoa foi percebido em quase todas as entrevistadas. Segundo elas são beneficiárias pelo programa por atenderem as exigências, outras por se declararem pobres, muito embora não sejam tão pobres quanto afirmam ser.

Na entrevista da senhora Maria foi notória a indignação ao comparar-se com as pessoas que conhece e vivem em situação financeira melhor que ela e omitem para beneficiar-se do programa.

Jamais eu vô fazer uma entrevista seja aonde for para me mostrar, não! Eu vou dizer tenho isso e tenho isso...mas eu vejo assim muita coisa, tem muitas pessoa que recebe e não tem precisão, vai na casa dela que é lotada de móvel, a casa dela realmente é um casa que só tem coisa boa pq entra da porta a fora...e eu não faço isso, vai na minha casa pra você ver(Maria, 40anos)

Para as entrevistadas fica intrínseco o sentimento de revolta ou mesmo da falta de uma fiscalização que possa acompanhar essas distorções e que o benefício seja concedido somente aos necessitados.

Foi a através da análise das falas das respondentes que foram identificados alguns sentimentos e comparações de quem recebe e do valor recebido comparando-se sempre a vizinhança.

3.5 Trabalho

Uma das condicionalidades do programa Bolsa Família, foi bastante destacada nas entrevistas, a possibilidade do benefício se transformar em receita, por meio do empreendedorismo. Revender sorvetes em casa para aumentar os rendimentos da família, comprar tecidos, cortar, fazer roupinhas e revender, são atitudes de podem proporcionar melhoria no rendimento familiar conforme observam as respondentes.

Eu tava pensando em botar lá em casa que eu tenho baixa renda lá casa da Coelce né, eu tava pensando no momento em botar uma sorveteria, lá pra dentro (Josivanda, 28 anos)

Consegui. Um dia eu consegui umas malhas, cortei, fiz uns vestidinhos e vendi né, só que não deu muito pra tirar por que você sabe, que nunca consegue vender a vista e o pessoal só querem comprar fiado, aí quando você recebe já voou (Nazaré, 31 anos)

Foi percebido ainda que o medo de falar interferiu na pesquisa, pois algumas entrevistadas omitiram informações de locações de imóveis, fabricação e revenda de peças íntimas, venda de cosméticos e noutros casos a resposta não era a devida pelo receio da entrevista gravada. Durante algum tempo no interior do estado era exigido das famílias um cupom fiscal constando que o valor recebido pelo PBF foi gasto apenas com alimentação, daí

o receio de que algumas tiveram durante a entrevista. Vale ressaltar que objetivo do PBF é proporcionar uma melhoria principalmente na alimentação das famílias menos favorecidas financeiramente.

Foi observado que a fato de participarem do programa, gerou receio em empreender e serem denunciadas pelos vizinhos, foi o que a senhora Josivanda respondeu durante a entrevista:

Eu tenho medo de botar e como eu recebo o bolsa família eu tenho medo de botar ai o povo dizer que eu tenho uma mercearia , igual ao meu vizinho que botou pra vender salgados e bombons e disseram que a coitado tinha uma mercearia e ele perdeu o bolsa família. (Josivanda, 28 anos)

Não, eu não faço isso não...rsrs. o que eu ganho é só mesmo pra almoçar e se vestir , né!(referindo-se ao medo de empreender). (Francisca, 28 anos)

O relato das entrevistadas nos casos de omissões da pobreza é recorrente. A grande informalidade no país acaba por favorecer os autônomos uma vez que não declaram impostos e geralmente o valor informado é sempre menor que o devido, favorecendo o acesso a programas assistenciais do governo e estas famílias não vivem em situação de pobreza extrema, indo na contramão do objetivo principal do programa que é favorecer as famílias que vivem em pobreza extrema.

Tem muita gente que recebe o bolsa família e que não precisa por que eu acho assim: que tem muitas pessoas que tem o benefício, que tem o aposento , tem filho nos colégio particular ...essas pessoa não deveriam receber (Maria, 40 anos)

Possuir um armarinho em casa ou um aposento, não declarar o esposo ou companheiro, ter imóvel alugado e revender produtos de revistas (Avon, natura, jequiti), informações omitidas por algumas entrevistadas por receio de uma denúncia. A partir da observação direta foi percebido que algumas beneficiadas não viviam na situação extremada de pobreza, uma vez que omitiam seus trabalhos informais na ocasião do cadastro ao PBF.

O que poderia ser uma ajuda financeira para as famílias em situação de pobreza extrema, visando principalmente a melhoria alimentar, para algumas a omissão da pobreza é o caminho mais curto para conseguir benefício através do poder público.

3.6 Diversão

Proporcionar aos filhos a oportunidade de levá-los ao parque ou ir a pizzaria com a família, embora gastando pouco é uma diversão que só foi possível a partir do rendimento fixo mensal fornecido pelo PBF aos seus beneficiários.

Pra diversão nem tinha, né...só se fosse alguma coisa pública mesmo. Agora a gente vai pra um parque que tem aqui ai no caso um real, dois e brincar num brinquedo (Joaquina, 25 anos)

Eu levo eles pra comer pizza, parquinho (Francisca,28 anos)

É já deu... a gente já comprou DVD, para a diversão dos meninos....rsrs (Josefa, 26 anos).

O que antes segundo as entrevistadas, só lhes era permitido se fosse alguma exibição pública e gratuita, agora podem contar com passeios embora simples, mas de grande valor para a família e os filhos.

3.7 Mobilidade Social

Por mobilidade social entende-se a passagem de um grupo social para outro, na categoria analisada foram percebidas mudanças consideráveis no consumo e a estabilidade proporcionada pelo PBF.

Ter acesso a produtos que antes lhes eram restritos, aumento no poder consumo, aquisição de móveis e utensílios que facilitam a vida no dia-a-dia, poder proporcionar aos filhos uma educação melhor e com mais qualidade e ainda poder oferecer à família momentos de lazer, todos esses fatores contribuem positivamente para a mobilidade social.

Por outro lado, a omissão da pobreza, a redução da jornada de trabalho, ou a simples acomodação pela certeza do fornecido pelo programa mensalmente, desde que se cumpram as condicionalidades interferem de forma negativa na mobilidade social dessas famílias.

A partir da análise das entrevistas foram identificadas as categorias, as palavras-chave que foram determinadas a partir da repetição, da enumeração e da significância em cada categoria apresentada, ainda foram observados os principais aspectos peculiares de cada categoria.

Na figura 2 seguem as categorias, as palavras-chave e os principais aspectos de cada categoria encontrada a partir da análise:

Figura 2 – Palavras-chave e os principais aspectos de cada categoria.

Categorias	Palavras-chave	Principais Aspectos
estabilidade financeira	- dinheiro - compro - melhorou - pgto contas	- autonomia financeira - segurança - poder de compra - independência
estabilidade emocional	- grade para porta - alimetação - pgto de contas	- certeza de um recebimento mensal - independência - segurança emocional
educação	- colégio - dia de aula - estudos	- prioridade no estudo dos filhos - manter os filhos na escola para ter continuidade no recebimento - aquisição de material escolar
comparação entre o EU e o OUTRO	- vizinhança - precisão - conhecimento	- tendência a sentir-se mais mísero que o outro - comparação de status entre a vizinhança
trabalho	- sorveteria - malhas - vestidinhos - vontade - medo - necessidade - aposento	- receio da denúncia - vontade de vencer/ superação/determinação - acomodação - medo de falar numa entrevista gravada - omissão da atual realidade para

	- colégio particular	benefício próprio - receio de falar demais e ser denunciada - tirar vantagem do poder público - declarar-se mais pobre do que realmente é
redução na jornada de trabalho	- mudou - ajudou muito - trabalhava	- acomodação - segurança - mais tempo com os filhos

Na **estabilidade financeira**, foram identificados como principais aspectos que melhor representam esta categoria: a autonomia financeira, a segurança, o poder de compra das beneficiárias e a independência proporcionada a partir da adesão e recebimento do Bolsa família. A categoria **segurança emocional** foram encontrados como principais aspectos a partir das respostas das entrevistadas: a certeza de um recebimento mensal, a independência adquirida e a própria segurança emocional proporcionada pelo programa.

Na **educação**, teve como principais aspectos a prioridade no estudo dos filhos, a aquisição de material escolar para os filhos e a manutenção dos filhos na escola para a continuidade no recebimento do benefício mensal.

A **comparação entre o EU e o OUTRO**, foram identificados: a comparação de status ou falso status entre a vizinhança e a tendência de sentirem-se mais mísero que o outro quando o assunto é o valor a cada família participante do programa.

Na categoria **trabalho**, foram observadas que enquanto algumas famílias temem uma denúncia, outras aproveitam a oportunidade para empreender através da superação e determinação. O medo de falar abertamente diante de uma entrevista gravada, a omissão da atual realidade em benefício próprio e principalmente o medo de falar demais e ser denunciada, durante algumas entrevistas foi percebido a intenção de tirar proveito das ações do poder público, declarando-se mais pobre que realmente são.

Na **redução na jornada de trabalho**, seus principais aspectos encontrados foram: ter mais tempo com os filhos, a acomodação e a segurança proporcionada pelo programa a partir da receita de uma renda mensal fixa desde que se cumpram as condicionalidades exigidas pelo PBF.

Com base nos principais aspectos identificados nas categorias foram relacionados os aspectos positivos e negativos que cada categoria pode contribuir para a mobilidade social. Deve ficar claro que essa mobilidade refere-se mais as condicionalidades do PBF e seus objetivos do que a critérios quantitativos de mensuração de classe social ou socioeconômica, o que não se configura como objetivo desta pesquisa. Assim cada categoria apresentou relação positiva e/ou negativa com a mobilidade social.

Na estabilidade financeira não foram identificados fatores negativos durante as entrevistas, já o fator positivo encontrado foi a autonomia financeira proporcionada a responsável pelo recebimento do benefício. A estabilidade emocional, também não foram encontrados fatores negativos e o fato positivo encontrado foi a segurança emocional proporcionada as famílias atendidas.

Na educação não foram identificados fatores negativos e o fator positivo encontrado foi à prioridade na educação dos filhos.

Na comparação entre o EU e o OUTRO não foram identificados fatores positivos, tampouco negativos nesta categoria de pudessem a contribuir na análise para a mobilidade social das famílias envolvidas no programa, embora a preocupação com a fiscalização informal dos vizinhos possa ter interferência no empreendedorismo.

No trabalho foram observados fatores positivos e negativos. Se por um lado há determinação e a força de vontade que impulsionam alguns a empreender, por outro, há o medo de uma denúncia e até mesmo a falta de iniciativa para empreender de alguns que se prevalecem da receita fixa mensal proporcionada pelo programa. Os fatores positivos encontrados reforçam a afirmação de Prahalad (2005) que se pararmos de pensar nos pobres como vítimas ou como um fardo e começarmos a reconhecê-los como empreendedores incansáveis e criativos e consumidores conscientes de valor, um mundo totalmente novo de oportunidades se abrirá.

Já a categoria redução na jornada de trabalho encontramos a renda extra a partir das folgas de algumas entrevistadas como fator positivo, e como fator negativo a identificação da redução na jornada de trabalho de alguns e a acomodação que o programa proporcionou a partir da certeza daquela receita mensal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa identificou categorias que são relacionadas com a mobilidade social do PBF.

A autonomia financeira, a segurança, o poder de compra e a independência proporcionada a partir da adesão e recebimento do Bolsa família, foram os principais aspectos identificados na estabilidade financeira. A certeza de um recebimento mensal, a independência adquirida e a própria segurança emocional proporcionada pelo programa marcaram a categoria **segurança emocional** encontrada durante as entrevistas.

Na categoria **educação** teve como principal aspecto a prioridade no estudo dos filhos, a aquisição de material escolar para os filhos e a manutenção dos filhos na escola para a continuidade no recebimento do benefício mensal, pois manter os filhos na escola é atender uma das principais condicionalidades exigidas pelo programa. Uma observação interessante dessa categoria é que o aspecto encontrado corroborou com a afirmação de Herrán (2005), ao mencionar que a educação pode muito bem ser a ferramenta de política mais poderosa para a redução da pobreza e da desigualdade de uma nação.

O **trabalho** foi marcado por observações relevantes: ao mesmo tempo em que algumas famílias temem uma denúncia, outras aproveitam a oportunidade para empreender através da superação e determinação. Para algumas entrevistadas o medo de falar abertamente diante de uma entrevista gravada, a omissão da atual realidade em benefício próprio e principalmente o medo de falar demais e ser denunciada, pois foi verificado que em algumas famílias prevalece a intenção de tirar vantagem das ações do poder público, e embora sejam declaradas pobres elas não vivem em situação de insegurança alimentar.

A comparação de status ou falso status entre a vizinhança e a tendência de sentir-se mais mísero que o outro quando o assunto é o valor recebido por cada família participante do programa, foram os principais aspectos encontrados na categoria **comparação entre o EU e o OUTRO**.

Ter mais tempo e dedicação aos filhos, a acomodação e a segurança proporcionada pelo programa a partir da receita de uma renda mensal fixa desde que se cumpram as condicionalidades exigidas pelo PBF foram considerados os principais aspectos identificados na **redução na jornada de trabalho**.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos uma vez que foram identificadas categorias no comportamento das além da identificação dos aspectos positivos e negativos com propensão à mobilidade social da baixa renda a partir do Programa Bolsa Família.

O acesso aos produtos que antes lhes eram restritos, por meio do aumento do poder compra, a oportunidade e a conscientização de proporcionar aos filhos uma educação melhor e com mais qualidade e ainda poder oferecer à família momentos de lazer, foram identificados fatores positivos para a mobilidade social destas famílias.

Por outro lado, a omissão da pobreza, a redução da jornada de trabalho, ou ainda a simples acomodação pela certeza do valor fornecido pelo programa mensalmente, desde que cumpridas as condicionalidades exigidas podem interferir de forma negativa na mobilidade social das famílias beneficiadas pelo programa.

Os resultados encontrados confirmam os pressupostos iniciais do trabalho. Acredita-se que somente quando o Brasil tiver um programa de geração de emprego e renda para todos é que de fato poderemos acabar com o problema da fome existente. Enquanto isso permaneceremos vivendo com mecanismos de políticas sociais de transferência de renda que funcionam como paliativos numa sociedade onde o emprego já é considerado quase que descartado.

Sugere-se maior controle por meio de fiscalização freqüente nas residências das famílias beneficiadas pelo programa para a detecção informações muitas vezes omissas na ocasião do cadastro. Fica a proposição de uma possível contrapartida dos beneficiários para com o governo federal, de modo a reduzir o proveito de alguns.

A presente pesquisa tenciona contribuir positivamente com as esferas governamentais para a ampliação de novos projetos que visam à redução permanente da pobreza no país através de uma população mais alimentada e com instrução superior a que tiveram seus genitores e ou responsáveis.

Acredita-se, na necessidade de um trabalho voltado para a conscientização dos órgãos competentes e controladores do PBF, sobre a importância da pesquisa científica e sua aplicação na prática diária,.

A ampliação da pesquisa referente à população entrevistada possibilitará maior confiabilidade nas respostas obtidas. Recomenda-se, ainda, que a pesquisa seja estendida para todo o Brasil, tanto por regiões que possibilitará melhor análise entre as regiões no comportamento de consumo das entrevistadas beneficiárias do PBF, o que daria uma maior visibilidade e entendimento em nível nacional. Em nível internacional que fosse feita comparações entre países vizinhos(cross cultural) que possuem programa semelhantes como o Chile, o México e a Argentina, ou ainda no continente africano onde o FOME ZERO possui acordos permanentes de combate à fome.

No tocante ao perfil das entrevistadas, seria interessante que novas pesquisas identificassem o grau de instrução ou a qualificação das entrevistadas e seus respectivos esposos ou companheiros, bem como a relação instrução e visão de futuro dos genitores para com seus filhos.

Sugere-se ainda pesquisas quantitativas futuras com as famílias beneficiadas, podendo confirmar as categorias identificadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Tânia Bacelar. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Lda, 1977.
- _____. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Lda, 2010.
- BARRETO, F. Ataliba. **Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade de Renda: o que sabemos sobre eles? – ENSAIO SOBRE A POBREZA Nº 01**. LEP/CAEN - UFC: Ceará, 2005.
- BATALHA, M. Sua excelência a Classe C. **Revista Amanhã**, S.L., 2000.
Disponível em: <<http://www.crd2000.hpg.ig.com.br/textos/artigo382.htm>>.
Acesso em: 04 mar.2010.
- BENERJEE, A. V.; NEWMAN, Andrew F. Poverty, Incentives and Development. **The American Economic Review**, v. 84, n. 2, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1998.

_____. **O Poder Simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, A. de P. **POLÍTICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA – BOLSA FAMÍLIA**. João Pessoa, 2005.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

DINIZ, M. B.; ARRAES, R. A. **Novas Evidências para as Taxas de Pobreza no Brasil**.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

HERRÁN, C. A.; **Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil**. 1. ed. Brasileira, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA.

Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

JANUZZI, P. de Martino. **Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação**

Produtiva. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - MDS

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>.

Acesso em: 01 mar. 2010.

MONTEIRO, C. Augusto. **Pobreza, desnutrição e fome no Brasil: implicações para políticas públicas**. In: VELLOSO, J. P. dos REIS; ALBUQUERQUE, R. C. de. (Orgs.). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004.

NOGUEIRA, Jacqueline; MARINHO, Emerson. **Discriminação Como Fonte de Desigualdade de Rendimentos no Mercado de Trabalho das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil**. ENSAIO SOBRE A POBREZA Nº03. LEP/CAEN - UFC: Ceará, 2006.

NUCCI, J. P. **Classe C de Consumo**. Isto É online. SP, 2005. Disponível em:

<http://www.terra.com.br/istoe/1744/economia/1744_C_Consumo_02.htm>. Acesso em: 04 mar. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Disponível em:

<<http://www.onubrasil.org.br/doc/relatorio%20de%20acompanhamento%20dos%20odm%202004.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2010.

PARSONS, Talcott. **A Revisited Analytical Approach to the Theory of Social**

Stratification." in **Class, Status and Power**. New York: Edited by R. Bendix and S. M.

Lipset: Free Press, 1954.

PASTORE, José. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

PASTORE, José; SILVA, N. do Valle. **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

PRAHALAD, C. K. **A Riqueza na Base da Pirâmide**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

PENA, M. V. Junho. **Os desafios das políticas de combate à pobreza**. In: VELLOSO, J. P. dos Reis; ALBUQUERQUE, R. C. de. (Orgs.). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

PINTO, L. C.; **O Negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

ROCHA, Sônia; ALBUQUERQUE, R. C. de. **Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome**. In: VELLOSO, J. P. dos Reis; ALBUQUERQUE, R. C. de. (Orgs.). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- SENNÁ, M. de C. M.; BURLANDY, Luciene; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2007.
- SILVA, J. G. da. **A concepção, as prioridades e estratégia de execução do Programa Fome Zero**. In: VELLOSO, J. P. dos Reis; ALBUQUERQUE, R. C. de. (Orgs.). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- SOARES, Serguei S. Dillon. **O Perfil da Discriminação no Mercado de trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras**. Brasília: IPEA, 2000, 25p. (Texto para Discussão, Nº 769).
- SOROKIN, Pitirim. **Sociedade, cultura e personalidade**. Porto Alegre: Globo, 1968.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.
- TOMAZI, Nelson Dácio. **Iniciação a Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.
- VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. **Estrutura de Classe e Estratificação Social**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VICENTE, V. M. B. **Políticas Públicas: uma contribuição sucinta à edificação de um modelo para sua análise**. ENANPAD, 2009.